



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 637934 - SP (2020/0349982-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
REQUERENTE : ORLANDO GRANDE FILHO (PRESO)
ADVOGADOS : LUCIANO MENEZES MOLINA - PR017740
GUILHERME LOPES DA SILVA ARAUJO - PR087744
IZABELA MARTINS RODRIGUES E OUTROS - PR099571
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ORLANDO GRANDE FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2000536-45.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 2º, *caput*, c/c o § 4º, e art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013.

Impetrado o presente *habeas corpus* com pedido de liminar, impugnando ato de Juiz de primeiro grau, indeferi liminarmente o referido *mandamus*, por ausência de competência do Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar originariamente a causa.

Em petição às fls. 236-244, a defesa narra que, em razão da delonga na análise do HC n. 2301984-14.2020.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi impetrado o presente *habeas corpus*. Após seu indeferimento e diante da inércia do Tribunal de origem, foi protocolado novo *writ* no TJSP, distribuído sob o n. 2000536-45.2021.8.26.0000, em que foi indeferida a liminar e, por ora, está sendo combatida nessa nova petição.

Sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que o decreto preventivo se fundamentou, de forma genérica, na garantia da ordem pública, conveniência da instrução processual e salvaguarda da aplicação da lei penal, devendo fixar medida cautelar diversa da prisão. Afirma, também, carência dos requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP para imposição da segregação preventiva.

Ademais, aduz que o paciente é primário, empresário e possui residência fixa, não sendo razoável presumir a reiteração da conduta delitiva.

Requer o aditamento do presente *writ* para apontar como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a reconsideração da decisão às fls. 233-234. Liminarmente, pleiteia a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que ratifique a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, acerca do pleito de aditamento do presente *writ*, sob alegação do surgimento de fatos novos após a interposição do *habeas corpus*, esclareço que, tendo sido proferida decisão nos autos, antes do protocolo desta petição na central do processo eletrônico, nada a deferir.

Ademais, matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente